

Governador será eleito em 2 turnos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O plenário da Constituinte decidiu que os governadores também terão de ser eleitos por maioria absoluta (ou dois turnos de votação), se este for o critério adotado para a eleição do presidente da República — o que será examinado mais adiante. Os governadores serão eleitos 45 dias antes do término do mandato dos seus antecessores, e tomarão posse no dia 1º de janeiro, para impedir que os que estão saindo comprometam o novo orçamento anual.

Esta foi a questão mais discutida no final da tarde de ontem. Tanto o Centrão como a Comissão de Sistematização propunham que se aplicasse à eleição de governadores o critério que prevalecer para a eleição de presidente da República, incluindo os dois turnos, mas um dos coordenadores do Centrão, Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), tentou suprimir a aplicação da regra na eleição de governador, alegando que os dois turnos são adotados apenas em nações europeias parlamentaristas, não existindo na maior democracia presidencialista do mundo, os Estados Unidos. A seu ver, esse método só iria levar os dois candidatos mais votados no primeiro turno a negociar — "este é bem o termo", frisou — apoio para o segundo turno.

Sua emenda recebeu pronta adesão do PDT: Luís Salomão (PDT-RJ) disse que ela é a mais correta, porque pelo sistema de maioria absoluta "os pequenos partidos não têm chance de chegar ao poder", mas foi condenado pelo PT, na voz de José Genofino, e pelo PMDB, por José Serra. "O entendimento necessário para o segundo turno será saudável — argumentou — porque terá de ser confirmado pelas urnas, o que é melhor do que os acordos feitos, depois de eleitos, pelos que não alcançam a maioria dos votos."

O relator Bernardo Cabral deu

parecer contrário, sob o fundamento de que a questão só será decidida quando se tratar de eleição presidencial. "O relator está sofismando", protestou um deputado. Carlos Sant'Anna, líder do governo na Câmara, foi rápido: "Não, a questão vai ser decidida aqui e agora". Em votação, a emenda foi rejeitada por 254 votos contra 216 e quatro abstenções.

A data de eleição e posse dos eleitos acabou sendo fixada por emenda dos deputados Percival Muniz (PMDB-MT), Fernando Gomes (PMDB-BA) e Nion Albernaz (PMDB-GO), que, por 283 votos contra 164 e 15 abstenções, restabeleceu o texto da Comissão de Sistematização. O Centrão queria a eleição 90 dias antes do término do mandato do governador e posse no dia 31 de janeiro. Muniz assinalou que a eleição 45 dias antes, estabelecida em sua emenda, será a definitiva, do segundo turno.

A Constituinte rejeitou emenda do senador Raimundo Lira (PMDB-PB) que pretendia garantir aos presidentes de Assembleias Legislativas estaduais o direito de suceder ao governador, no caso de vaga em decorrência da ausência do vice. A emenda foi rejeitada por 374 votos a 68, com nove abstenções. Logo depois foi aprovada proposta da deputada Wilma Maia (PDS-RN), estabelecendo que ficará para a lei ordinária dispor sobre a iniciativa popular no processo legislativo estadual.

MULHERES

Na oportunidade da votação da emenda de Wilma Maia, Ulysses Guimarães fez uma rápida saudação às 27 deputadas pela passagem, ontem, do Dia Internacional da Mulher. "A política, através da atuação da mulher, se engrandeceu", disse ele. "Fazemos votos que, com estas palavras, a bancada feminina na Constituinte traga a contribuição para o aprimoramento das instituições democráticas." As deputadas foram demoradamente aplaudidas pelos seus colegas homens, e o deputado Florestan Fernandes (PT-

SP) ampliou a homenagem de Ulysses considerando que os votos de felicidade pela data eram devidos também a todas as demais mulheres que trabalham no Congresso.

A Constituinte aprovou depois o texto do Artigo 31, tal como aprovado pela Sistematização, prevendo perda de mandato para o governador ou prefeito que assumir outro cargo ou função na administração direta ou indireta, exceto se o cargo ou função tiver sido alcançado através de concurso público.

A Constituinte manteve ainda o texto do Centrão estabelecendo que a remuneração dos deputados estaduais será fixada em cada legislatura, para a subsequente, pela Assembleia Legislativa, incidindo sobre esses vencimentos os impostos gerais, inclusive os de renda. Foram rejeitadas as emendas do deputado Antônio Brito (PMDB-RS) e Arnaldo Martins (PMDB-RO), a primeira porque pretendia excluir qualquer vinculação para os salários dos deputados estaduais, inclusive em relação aos dos federais, e a segunda por não fazer menção ao Imposto de Renda sobre esses ganhos. Ficou mantido o texto do Centrão, idêntico ao da Sistematização, sobre o número de deputados em cada estado — o triplo da representação estadual na Câmara — e a duração do mandato, fixado em quatro anos.

ESTATIZAÇÃO DO GÁS

Por 325 votos contra 81 e 16 abstenções a Constituinte aprovou emenda estabelecendo caber aos estados explorar diretamente, mediante concessão a empresas estatais, os serviços públicos locais de gás canalizado. "Sou contra a emenda porque ela é estatizante", disse Luís Eduardo (PFL-BA). "Não vejo porque estatizar tudo", protestou também Roberto Cardoso Alves, notando que a emenda é "pleonástica, porque permite ao estado ceder o serviço à empresa estatal". O líder do PMDB, Mário Covas (SP), assinalou porém que a emenda apenas mantém a situação atual.



Plenário mostra maioria estatizante: agora é a vez do abastecimento urbano de gás

Ulysses tem pressa e condena os preguiçosos

LUSTOSA DA COSTA

"Ele age como marechal-de-campo: decide tudo em última instância. E no Brasil cabe muito bem uma pitada de autoritarismo." Assim o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), um dos líderes do Centrão, define a atitude de Ulysses Guimarães no comando dos trabalhos da Constituinte. "Seu estilo é imperial", concorda o deputado Paulo Delgado (PT-MG). "Ele age mais como bedel porque é a um só tempo rigoroso e companheiro", completa o senador Gerson Camata (PMDB-ES).

O deputado paulista está jogando tudo no encerramento dos trabalhos de elaboração da nova Constituição a 21 de abril, o que, segundo o líder do PDS, Amaral Neto, seria a plataforma de sua candidatura à sucessão do presidente José Sarney.

EMPENHO

O seu empenho nos trabalhos da Constituinte lhe rende dividendos políticos qualquer que seja o resultado da votação: "Se ninguém

vem, ele sai bem porque veio, exortou ao comparecimento, fez o que pôde. Se todos vêm, também, porque a ele se deve o comparecimento", comentou o deputado Lúcio Alcântara (PFL-CE).

Ainda anteontem à noite, depois de passar mais de seis horas consecutivas sem se levantar da cadeira presidencial ("de uma coisa a Casa está convencida: ele não sofre de incontinência urinária", ironizou Paulo Delgado), Ulysses lutava, às 21h20, contra o sono e o cansaço alheios: "Vamos votar. Fomos eleitos para isso. Somos pagos para isso. Por isso, fiquem. Só faltam três destaques".

Do alto da mesa presidencial, Ulysses tem sido incansável, obstinado. E também autoritário, irreverente a até sarcástico. "Se ele fizesse isso comigo, ia ouvir poucas e boas do microfone", dizia, anteontem, Del Bosco Amaral (PMDB-SP), diante de contraproposta de Ulysses ao deputado Ademir Andrade (PDS-PA) sobre a condução dos trabalhos: "V.Exa. quer me ensinar a presidir?"

O deputado Oscar Corrêa Júnior (PFL-MG), outro alvo de suas ironias, não o perdoa: "O doutor Ulysses está eufórico. Deve estar sabendo coisas que não chegaram ao nosso conhecimento. Ele tem de ser energético, mas não a ponto de não ouvir seus pares em questões de ordem. A pressa pode prejudicar nossos trabalhos, pois 90% do que está sendo votado não é do conhecimento da Casa".

IRONIA

A ironia de Ulysses não se detém nem diante de um colega ilustre como o líder Mário Covas. Quando este, preocupado com a denúncia de votos de pianistas, propôs a colocação de controles de entrada dos constituintes em plenário, ele disse simplesmente:

"A Mesa examinará a sugestão do engenheiro Covas..."

Empenhado em apressar a votação, Ulysses mostrou-se visivelmente irritado quando Covas, noutra oportunidade, quis falar: "V. Exa. quer falar como líder ou em nome pessoal?"

Desconcertado, o senador paulista, respondeu:

"Como líder? Ulysses, arrependido de sua rispidez, corrigiu a tempo: "Como líder, sempre acompanhei v. exa.". Covas respondeu: "É que aprendi na sua escola".

Quando o senador João Menezes (PFL-PA) prolongava desnecessariamente um aparte, ele silenciou o velho companheiro dos tempos de MDB com cortante ironia: "Embora v. exa. encha de luz o plenário com o brilho de sua inteligência, lamento ter de cassar-lhe a palavra".

O deputado Gerson Perez (PDS-PA), que estudou durante muito tempo no seminário, reclamou contra a convocação de sessões aos sábados e domingos, "quando até Deus descansou". Ulysses replicou no ato: "Vou registrar nos anais que v. exa. está chamando Deus de preguiçoso, embora ele tenha trabalhado muito". O plenário, como sempre, corou a piada com uma sonora gargalhada. E, ao ouvir de dois constituintes a notícia da queda dos presidentes dos bancos do Brasil e Central, comentou, segundo a grila da Casa: "Isto são emendas supressivas".

Brasília-Agência Estado

Este é o texto aprovado

Artigo 28 — Incluem-se entre os bens do Estado: I — As águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósitos, ressalvadas, neste caso, na forma da lei aquelas reservas de obras da União; II — As ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União; III — As terras devolutas não compreendidas entre as da União; IV — As terras de extintos aldeamentos indígenas. Artigo 29 — O número de deputados à Assembleia Esta é a íntegra dos dispositivos aprovados ontem pela Constituinte: Título III — Da Organização do Estado, Capítulo III — Dos Estados Federados: Artigo 27 — Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição. Parágrafo 1 — São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição. Parágrafo 2 — Cabe aos Estados explorar diretamente ou mediante concessão a empresa estatal, os serviços públicos locais de gás combustível canalizado. Parágrafo 3 — A criação, incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano e dar-se-ão por lei estadual, obedecidos os requisitos previstos em lei complementar estadual e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas.

Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de 36, será acrescido de tantos quantos forem os deputados federais acima de 12.

Parágrafo 1 — O mandato dos deputados estaduais será de quatro anos, aplicadas as regras desta Constituição sobre o sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de mandato, licença, impedimento e incorporação às Forças Armadas.

Parágrafo 2 — A remuneração dos deputados estaduais será fixada, em cada legislatura, para a subsequente, pela Assembleia Legislativa, sujeita aos impostos gerais, inclusive os de renda e os extraordinários.

Parágrafo 3 — Compete às Assembleias Legislativas Constituintes para os membros do Congresso Nacional e, na Constituição do respectivo Estado, para os membros da Assembleia Legislativa;

Parágrafo 4 — A lei disporá sobre a iniciativa popular no processo legislativo estadual.

Artigo 30 — O governador de estado e o vice-governador de estado serão eleitos até 45 dias antes do término do mandato de seu antecessor, para o mandato de quatro anos, e tomarão posse no dia 1º de janeiro do ano subsequente, aplicando-se a regra do artigo 91. Artigo 31 — Perda de mandato o governador ou o prefeito que assumir outro cargo ou função na administração pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público, observado o disposto no artigo 32. Artigo 32 — O mandato do vereador terá a duração de quatro anos.

ca, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição e na Constituição do respectivo Estado, observados os seguintes preceitos:

I — Eleição de prefeito, do vice-prefeito e dos vereadores, mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo o País;

II — Inviolabilidade dos vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato, na circunscrição do município;

III — Proibições e incompatibilidade, no exercício da vereança, similares, no que couber, ao disposto nesta Constituição para os membros do Congresso Nacional e, na Constituição do respectivo Estado, para os membros da Assembleia Legislativa;

IV — Organização das funções legislativas e fiscalizadoras da Câmara Municipal;

V — Cooperação das associações representativas de bairro com o planejamento municipal.

Artigo 33 — Resposta à proporcionalidade com a população do município, o número de vereadores será de no mínimo nove e no máximo de 21 nos municípios de até um milhão de habitantes; de no mínimo de 33 e máximo de 41 nos municípios de até cinco milhões de habitantes e de no máximo de 55 nos municípios acima de cinco milhões de habitantes. Parágrafo único — O mandato do vereador terá a duração de quatro anos.

Gestos dizem o que a voz cala

OSMAR FREITAS JR.
ENVIADO ESPECIAL

A mão esquerda pousada sobre o ângulo de 45º formado pelo braço direito do deputado Benito Gama (PFL-BH) só foi notada por olhos muito atentos. Ele estava em meio ao plenário da Assembleia Constituinte e as atenções de quase todos os presentes estavam na figura do governador da Bahia, Waldir Pires, junto à Mesa da Presidência. O governador não percebeu que, em meio aos aplausos de quase todos os deputados, alguém lhe enviava uma solene banana.

O gestual da Constituinte costuma passar despercebido da maioria dos visitantes da Assembleia, ainda que constitua seu melhor perfil. A expressão corporal de senadores e deputados é capaz de matar de inveja qualquer ícone da arte performática. É verdade que intenção e gesto nem sempre coincidem, mas formam um tremendo visual.

Os casos de Benito Gama e de Waldir Pires são exemplares. O governador — sem dar-se conta da banana que levou — saiu do plenário e fez questão de dar a sua contribuição ao simbolismo reinante: por três vezes fez pose para os fotógrafos mostrando quatro dedos — não mais que isso — de sua mão direita, para as objetivas. Já o deputado Gama, entre uma e outra votação, apressava-se a negar seu gesto: "Eu não dei banana para ninguém! Mesmo que o governador merecesse, eu não faria isso. Tenho por ele o maior respeito. O que aconteceu foi um inocente gesto de mão. Com o polegar virado para baixo". Seu ato, segundo declarou depois, foi uma resposta às provocações feitas a ele pelos colegas de bancadas, que o identificam como um homem fiel a Antônio Carlos Magalhães.

Desmentidos ou não, os gestos dos constituintes raramente são

gratuitos. Não é à toa, por exemplo, que a deputada Rita Camata (PMDB-ES) senta-se ao fundo do plenário. Tenta, sem sucesso, um isolamento que a afaste das milhares de pequenas gentilezas oferecidas por seus colegas, a cada dia. Se aceitasse todos os cafezinhos que lhe são propostos, fatalmente já estaria com o sistema nervoso em frangalhos e o estômago ulcerado. Apesar disso, pode-se dizer que as maneiras comedidas da deputada cairiam à perfeição ao gestual da sala de café da Câmara. Ali, a mão em concha colocada entre uma boca e um ouvido, compõe um perene quadro bizantino: é o cochicho do cochavo.

Nos corredores que circundam as poltronas do plenário, os jornalistas que cobrem a Constituinte ajudam no composto do visual. Formam a ala dos "urubus de coqueiro", esperando — em pé que algo aconteça. Chamam com um sem-número de gestos os deputados, que, por sua vez, fingem que não vêem. Outro que geralmente não consegue atenção é o parlamentar que discursa. Pode soar um tanto surrealista o fato de alguém estar esbravejando de dedo em riste, para uma platéia que lê jornais, conta piadas, faz acordos e tudo mais que não seja notar o discurso — mas, essa é a norma da Casa.

Não se pense contudo, que esta é uma platéia de mal-educados. O chamado beau-geste pode chegar a paroxismos, como o aplauso do deputado Fernando Santana — um legítimo comunista — a uma horrível piada contada por seu colega Delfim Netto, do PDS, antes do começo dos trabalhos de ontem. O aplauso, aliás, é o gesto que mais se vê no plenário. Bem, nem sempre ocorre. O ex-governador Franco Montoro, por exemplo, tentou seguir as pegadas de Waldir Pires, subindo ao pódio da Câmara para conseguir a manifestação da

claque. Teve de fazê-lo por duas vezes, até ser notado e exaltado pelo líder do PDT, Brandão Monteiro, que pediu uma salva de palmas.

A nobreza-oblige, como esta do líder do PDT, é um dos gestos mais comuns. Ao ponto de fazer com que o petista Lula cumpra diariamente o ritual do aperto das mãos de todos os ocupantes da primeira fileira da bancada do PMDB. Depois disso, senta-se sempre no mesmo lugar e passa a cofiar a barba. Interrompe esta atividade apenas quando tem de pressionar o botão e a chave de sua mesa, que registram seu voto no painel eletrônico.

Os cumprimentos, aliás, obedecem a diferentes gestuais na Constituinte. Afonso Arinos (PFL-RJ) costuma lançar beijinhos à sua colega Sandra Cavalcanti, que responde com acenos de mão. É a dupla do "beijim-beijim, tchau-tchau". Já o peemedebista Felipe Cheide raramente saíra alguém. Ele quase nunca comparece ao plenário e está na lista dos mais faltosos: é o "homem invisível".

De todos os gestos, o que mais causam frisson são os do presidente da Assembleia, Ulysses Guimarães. Pode parecer que ele tenha tomado todos os cafezinhos recusados por Rita Camata, pois está agitado. Em termos de electricidade só perde mesmo para o painel de votação. Ele tem pressa, e isso é vistível. Não desperdiça o tempo e não permite que alguém o faça. Quando um parlamentar tentou ler o nome dos autores de uma emenda que estava indo a votação, Ulysses interrompeu-o dizendo: "Estes nomes já foram lidos, estamos todos sabendo quem são os autores. Recomento que s. exa. vá logo ao ponto central de sua argumentação".

Toda essa pressa se deve ao fato do dr. Ulysses querer, com um gesto esperto, entregar logo a Constituição ao Brasil. Depois disso, é ele que espera por algum gesto da Nação.

interesse de encobrir nada, mas não apontarei nomes sem que apareçam provas", garantiu o senador.

O deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), um dos membros da comissão, não questionou o parecer do corregedor, mas lembrou que os trabalhos realizados pelo grupo foram excelentes. "Somente não chegamos ao nome do responsável pela fraude porque o material não possibilitava", disse o deputado.

O deputado José Tavares disse que espera uma decisão por apenas 10 dias úteis concedidos à comissão. Depois, caso não se opte pela reabertura da investigação, prometeu pedir pessoalmente a pericia da foto e a abertura de inquérito policial.



A "minerobrás" não agrada a deputados

A aprovação de emenda incluindo, pela primeira vez, os recursos minerais e o subsolo entre os bens da União foi severamente criticada ontem pelos deputados Ricardo Fluzza (PFL-PE) e Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP). "Estamos burocratizando, estatizando, criando uma Minerobrás, com tráfico de influência e tecnocratas criando dificuldades para empresários e mineradores", desabafou Fluzza, após afirmar que concordou com a emenda, pois ela é fruto de acordo.

O apoio à emenda veio da esquerda e do PMDB. Os deputados Roberto Freire (PCB-PE) e Antônio Brito (PMDB-RS) asseguraram que não há qualquer estatização na proposta aprovada, porque ela apenas repete a situação hoje em vigor. Mas há, por exemplo, quem acredite que o texto coloca em risco as riquezas minerais de propriedade da União. E o caso do deputado Lysiane Maciel (PDT-RJ), que justificou o seu temor ao lembrar que 49% do subsolo brasileiro continua sendo explorado por mineradoras estrangeiras.

Cardoso Alves, por sua vez, explicou que todas as Constituições anteriores mantiveram sob soberania da União as jazidas do subsolo, ou seja, suas riquezas, e é isso que interessa. Para ele, a legislação em vigor era mais útil ao País porque não estatizava o subsolo. "Em matéria de estímulo à empresa, foi um retrocesso", ressaltou.

O deputado paulista criticou ainda a forma como foi redigido o inciso que inclui como bens da União as terras ocupadas permanentemente pelos índios. Ele considerava mais razoável a maneira como o item ficara definido posteriormente, quando for votada a emenda do senador Jarbas Passarinho, que classifica como bens da União as terras onde há posse tradicional dos indígenas.

Para Freire, entretanto, o texto foi bom porque já existe toda uma doutrina que caracteriza o que é ocupação permanente da terra e assim os índios terão seu espaço assegurado.

O líder do PCB considerou um bom acordo o que definiu os bens da União. Com o texto aprovado, a soberania nacional ficou resguardada e foram dadas condições para o Estado controlar os recursos minerais, sem impedir que estes recursos possam ser explorados pela iniciativa privada, através de concessões ou autorizações. Falta definir, ressaltou, quem poderá explorar esses recursos. Na opinião de Freire, apenas as empresas genuinamente nacionais deveriam ter direito a esta exploração.

A aprovação da questão dos recursos minerais contou com o forte apoio do ministro-chefe do Gabinete Militar e presidente do Conselho de Segurança Nacional, general Rubem Bayma Denys, que defendeu a emenda pois ela ajudaria a garantir maiores recursos para a Marinha.

Aposentadoria, uma fusão de 19 emendas

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A fusão de 19 emendas, através de um acordo das várias lideranças partidárias, vai permitir que o plenário da Constituinte vote hoje ou amanhã as aposentadorias de 30 anos para a mulher e de 35 anos para o homem e os limites máximos de trabalho de 60 anos para a mulher e de 65 anos para o homem.

As emendas foram fundidas em torno da emenda principal do deputado Joaquim Bevilacqua (PTB-SP) sobre o Artigo 46 do projeto de Constituição que foi votado pela Comissão de Sistematização, e prevê a aposentadoria nos casos de invalidez, compulsoriamente aos 70 anos de idade do trabalhador, ou voluntariamente a partir de 30 a 35 anos de serviço.

A emenda negociada prevê a aposentadoria privilegiada para os professores aos 30 anos de serviço e para as professoras aos 25 anos, bem como caberá a uma lei complementar, a ser votada posteriormente à promulgação da futura Constituição, determinar aposentadoria especial no caso de exercício de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas. Também caberá à lei dispor sobre a aposentadoria em cargos ou empregos temporários.

Fraude pode ter nova investigação

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

As investigações sobre o nome do constituinte que votou, no mês passado, pelo deputado Sarney Filho (PFL-MA) poderão continuar. A Comissão de Sindicância criada para apurar o caso, sem ter chegado a nenhuma conclusão, analisa novo parecer do corregedor da Constituinte, deputado Jorge Arbage (PDS-PA), favorável à reabertura das investigações. A decisão pode ser tomada ainda hoje.

O parecer do corregedor vem acatar o requerimento do deputado José Tavares (PMDB-PR), que solicita o uso de todas as alternativas na busca

do constituinte "pianista", até a realização de uma pericia na foto cedida à Comissão de Sindicância, na qual o responsável pela fraude aparece de costas no momento da votação onde houve a irregularidade. O requerimento do deputado é subscrito por mais 182 parlamentares, que também acreditam que as investigações da comissão poderiam ter sido mais profundas.

O senador Virgílio Távora, presidente da comissão, está em sua residência se recuperando de uma cirurgia, mas afirmou ontem que já havia convocado reunião com os demais membros a fim de que se chegue a uma conclusão sobre a necessidade de reabrir os trabalhos. "Não temos o